

**ACTA Nº 12****SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2011:**

Aos dezasseis dias do mês Dezembro do ano dois mil e onze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional da Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 2) Aquisição das Instalações do IVV; -----
- 3) Proposta de Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras; --
- 4) Revisão Orçamental N.º 2; -----
- 5) Orçamento e Opções de Plano para 2012; -----
- 6) Mapa de Pessoal para 2012; -----
- 7) Delegação de Competências nas Freguesias para 2012; -----
- 8) Prestação de Contas das entidades participadas pela Câmara Municipal; ----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou sem justificação o Senhor José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça e com justificação o Senhor Rui Manuel Leal Marqueiro. Os Senhores Carlos Alberto Alves Pinheiro e Sandra Isabel Ferreira Carvalho não estiveram presentes nesta sessão e foram substituídos respectivamente pelos Senhores Emídio dos Santos e Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, no seguimento dos pedidos de substituição previamente apresentados. Também o Senhor Jorge Campos Carvalho substituiu o Senhor Homero Cristina Serra, como representante da Junta de Freguesia de Luso. -----

Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, o Senhor Presidente da Mesa lembrou que a renúncia ao cargo de membro desta Assembleia Municipal do Senhor António Mano Soares produz efeitos a partir da presente sessão, tendo assim tomado posse o Senhor Manuel Jacinto Gaspar da Silva como membro efectivo desta Assembleia Municipal. Referiu também que foi distribuída aos grupos municipais a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro quanto à perda de mandato do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, José Alves Rosa e que se aguardarão desenvolvimentos sobre esta matéria. Expôs que esteve presente na Assembleia Intermunicipal da CIM – Baixo Mondego. Revelou também que iria agendar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal na freguesia de Antes, a pedido do seu Presidente da Assembleia de Freguesia, para discussão sobre o Documento Verde da Reforma Administrativa Local. Justificou que a Acta da sessão anterior ainda não estava completamente concluída, pelo que não pode ser colocada à votação nesta sessão. Deu início ao período de Intervenção do Público mas não houve qualquer inscrição para este período. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e foram inscritos os Senhores Luís Brandão, Bruno Coimbra, Manuel Cardoso e António Neves. -----

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para realçar e saudar a presença do Senhor Emídio dos Santos, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, como membro desta Assembleia Municipal. Referiu que na sessão da Assembleia Municipal que ocorreu em Ventosa foi mencionada a aprovação da realização da Assembleia Municipal Jovem e neste sentido é necessário incitar à mobilização escolar para a realização deste debate. No entanto, manifestou a sua preocupação pelo facto do Senhor Presidente da Mesa ter mencionado na dita reunião que nada sabia, formalmente, sobre este assunto. Assim, questionou se o Senhor Presidente da Mesa teria já alguma informação formal sobre esta matéria. No último mês, decorreu a primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança e questionou se a proposta de Regulamento aprovada e remetida por esta Assembleia Municipal já obteve um parecer do referido Conselho, no sentido de ser efectivamente aprovado para entrar definitivamente em vigor. Ao Senhor Presidente da Câmara, questionou o motivo pelo qual este órgão (Conselho Municipal de Segurança) apenas reuniu por uma vez nos últimos 2 anos, quando deveria reunir de 3 em 3 meses, pois está obrigado a reunir 4 vezes por ano. Deu 3 exemplos pelos quais se deveria reunir mais frequentemente o Conselho Municipal de Segurança, nomeadamente sobre a chegada do novo Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, onde muitas das entidades representadas neste Conselho Municipal fazem parte do referido Plano Municipal, a possível extinção das duas equipas de intervenção permanente do Concelho de Mealhada e as boas relações que facilitem a comunicação no sentido de melhorar a coordenação entre as entidades intervenientes, concretamente no caso do roubo dos bustos metálicos, onde consta que houve alguma desarticulação. Referiu também que o Conselho Municipal de Juventude deve reunir 4 vezes durante o ano, o que não tem vindo a acontecer e questionou o motivo pelo qual não é cumprido o que se encontra estipulado na lei. Expôs que teve dúvidas quanto ao motivo pelo qual foi convocado o último Conselho Municipal de Juventude e questionou se o mesmo se deveu para a apresentação de sugestões ou para a emissão de parecer do referido Conselho sobre o Orçamento para 2012. No entanto, deduziu que esta reunião não poderia ter como objectivo a apresentação de sugestões, pelo que a mesma realizou-se no dia 25 e neste dia já os Senhores Vereadores tinham o Orçamento consigo, tendo a nota introdutória do Senhor Presidente da Câmara sido datada de 23. Também não teria sido reunido para a emissão de qualquer parecer, uma vez que o mesmo não aparece no Orçamento para 2012, até porque os seus membros não teriam tempo suficiente para estudar e analisar o referido Orçamento. Poderia também dizer-se que não estariam todas as entidades presentes com direito a voto para a emissão do parecer, por não se saber efectivamente quem são e não ter sido convocadas e que haja dúvidas quanto à sua legalidade. Assim, sugeriu que as associações juvenis do Concelho poderiam ser convocadas, partindo do princípio que muitas delas já se candidataram a subsídios camarários, podendo-se convocar pelo menos as que já se candidataram para aumentar a representatividade naquele importante órgão. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que ainda não tem qualquer informação formal sobre a realização da Assembleia Municipal

Jovem, reforçando, que é um entusiasta desta ideia. No entanto, referiu que não será por este motivo que deixará de contar com o apoio da mesa desta Assembleia. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, referiu que o projecto de regulamento não foi reencaminhado por falta de experiência e que o iria remeter ao referido Conselho para ser avaliado, encontrando-se já o officio assinado. Expôs que ficou combinado avaliar o projecto de Regulamento na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, para que em Abril esta matéria esteja resolvida. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para elucidar que é a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP tem dúvidas quanto à legalidade do Conselho Municipal de Juventude. Esclareceu que já o Conselho Municipal de Juventude reunia no Concelho de Mealhada quando ainda não havia sequer legislação sobre esta matéria, e com muito maior participação do que agora. Referiu que tem todo o gosto em reunir o referido Conselho, mas é da opinião que não vale a pena reunir quando apenas está presente uma pessoa com direito de voto. O Conselho Municipal de Segurança não serve para nada, a não ser para informar sobre a situação de segurança no Concelho. Não tem tutela sobre qualquer força de segurança. O Roubo de bustos, referiu que a Câmara e a Junta de Freguesia retiraram os bustos para que os mesmos não fossem roubados e custou ler no Jornal uma afirmação, correctíssima, de um Chefe da Força de Segurança referir que não podia colocar um guarda atrás de cada busto. O que se está a passar é muito grave e a afirmação de que a Câmara veio estragar o plano de captura dos presumíveis assaltantes é uma brincadeira e, esta questão, não pode ser tratada formalmente no Conselho Municipal de Segurança, pois não é da sua competência, emitir qualquer opinião sobre esta matéria. Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, referiu que o Conselho tem que apresentar sugestões para o Orçamento, mas o problema é executar e cumprir essas sugestões devido à falta de receitas. Referiu, que presa muito a participação das pessoas e que gostava de colocar esta questão em prática mas, é muito difícil colocar as sugestões em prática. Assim, é da opinião que os Conselhos de Segurança e da Juventude deveriam ser legislados com o intuito de que possam efectivamente intervir na vida deste Concelho. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para igualmente saudar a presença do Senhor Emídio dos Santos nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para referir que se encontra muito preocupado com a gestão florestal da Mata do Buçaco. Referiu que todos deveriam estar atentos a esta situação, pelo que neste momento existem espécies vegetais a perecer, num espaço que é a maior reserva de endrológica da Europa, e não estão a conseguir sobreviver. A culpa não é obviamente de nenhum dos presentes, mas é da opinião que a gestão florestal da Mata não está a ser eficiente, mediante as espécies que estão actualmente a desaparecer. E como agentes políticos da nossa terra, temos que nos preocupar também com esta matéria. Relativamente à fábrica Alcides Branco, referiu que a população do Luso interveio, na última sessão, maioritariamente sobre a questão da poluição emitida pela referida fábrica. Na sequência destas intervenções, o Senhor Presidente da Câmara referiu que este problema específico não era da competência da Câmara Municipal. Assim, tendo em conta os aspectos da saúde, o bem-estar, a qualidade de vida, etc. que deveriam ser da preocupação da Câmara Municipal, expôs que levou a cabo

algumas diligências e que já obteve respostas do Ministério do Ambiente, da CCDR e da GAOT. Questionou ainda se o Senhor Presidente da Câmara estaria interessado em conhecer essas mesmas respostas, para que pudessem fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance para resolver uma questão que é já insustentável para as pessoas do Luso e Vacariça. Apesar de já ter sido uma questão falada, referenciou que tinha intencionado propor que a próxima sessão da Assembleia Municipal fosse realizada na freguesia de Antes, na sequência da discussão do Documento Verde da Reforma Administrativa Local pelo que é com muito agrado que a próxima sessão desta Assembleia se realize na freguesia de Antes. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que ficou definido agendar sessão extraordinária da Assembleia Municipal quando o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia indicasse uma data apropriada para o efeito, assim que terminassem os levantamentos levados a cabo pela Junta de Freguesia. Relativamente à questão da Alcides Branco, referiu que é uma questão preocupante também para esta Assembleia e que gostaria de ter acesso à informação que se encontra na posse do Senhor Bruno Coimbra, pelo que questionou se essa informação poderia ser disponibilizada à Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Câmara efectivamente está preocupada com esta situação e sempre tem alertado as autoridades competentes para intervir sobre a mesma. No entanto, a Câmara não tem qualquer capacidade legal para intervir directamente. E tanto quanto sabe, a Alcides Branco não tem cumprido o que foi estipulado com o Ministério da Economia, bem como outras entidades. No entanto, relativamente à Câmara Municipal, aquela entidade tem cumprido com tudo aquilo com que se comprometeu e é legalmente exigido. -----

- Interveio o Senhor Manuel Cardoso para expor que está contra a medida que a Câmara Municipal tomou, no sentido de desligar alguns postes de iluminação pública, para poupar nos custos com a energia. No entanto, existem pontos de iluminação a iluminar asfalto, onde não é efectivamente necessário. Nesta medida, sugeriu que fosse efectuado um levantamento no sentido de apagar as luzes que se encontram desnecessariamente acesas e ligar nos locais de maior aglomerado urbano, onde a iluminação é efectivamente necessária. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para agradecer o contributo e para referir que já mandou muitas vezes desligar a iluminação pública em várias zonas desnecessárias. No entanto, acontece infelizmente que, muitas vezes, a Câmara manda desligar e elas aparecem novamente ligadas. Referiu que convém à EDP vender Kwatts e de certeza que elas não foram ligadas clandestinamente. Assim, agradeceu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba comunique à Câmara Municipal quais as zonas em que não existe qualquer inconveniente em desligar a iluminação pública para dar andamento à sugestão submetida. Referiu também que é lamentável que as Autarquias sejam obrigadas a pagar a energia gasta com a iluminação pública ao mesmo preço que qualquer cidadão, pelo que as questões de segurança é um desígnio nacional. Expôs que o Município de Mealhada paga, no Verão, cerca de 20 mil euros/mês + IVA em iluminação pública. Tendo em conta que o valor da energia e do IVA subiram, referiu que dá para imaginar o valor das próximas facturas e solicitou o apoio de todas as freguesias para

eventuais ajustes que tenham que ser efectuados, pelo menos nesta época de crise mais aguda. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar a Proposta de Moção que a seguir se transcreve: -----

#### **PROPOSTA DE MOÇÃO**

**Repúdio pelo ataque em curso ao poder local, incluindo a conhecida intenção de extinguir autarquias.** -----

Considerando que a troika estrangeira em conjunto com os que em Portugal subscreveram o seu programa de agressão e submissão pretendem impor a redução substancial de autarquias, desde logo milhares de freguesias, podendo atingir nesta destruição também o concelho de Mealhada; -----

Considerando que o poder local democrático é parte da arquitectura do Estado Português, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos, em obediência apenas à Constituição, às leis, aos tribunais, em sede de aplicação dessas mesmas leis, e ao povo; -----

Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e que têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; -----

Considerando que o poder local democrático e as entidades territoriais que o integram detêm atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; -----

Mais, considerando que é herdeiro de tradições de muitos anos, em cujo caldo se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais de identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional, deles diversa, mas que os integre na sua múltipla diferença; -----

Considerando, também, que é residual o peso do poder local das contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; -----

Considerando que há muito que alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, há muito consideram as freguesias como algo dispensável e até incómodo; -----

Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA, REUNIDA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2011, DELIBERA: -----

1. Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: -----

a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise e em particular os

reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses; -----

b) A extinção de autarquias, que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações, como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local; -----

2. Repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República. -----

Os eleitos da CDU requerem ao Sr. Presidente que esta proposta de Moção seja colocada à votação no período antes da ordem do dia e que, em caso de aprovação, dela seja dado conhecimento ao Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comunicação Social. -----

Os deputados da CDU, -----  
António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves. -----

Apresentou também requerimento escrito, o qual leu e a seguir se indica: -----

#### REQUERIMENTO

**- Pagamento de despesas com a realização do debate a cerca da importância do ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz; -----**

**- Convocatória de reunião do grupo de trabalho sobre o ramal ferroviário;**  
Em 27 de Maio deste ano, esta Assembleia promoveu e organizou um marcante debate sobre a **Importância e Futuro do Ramal Ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz**. Foi a concretização de uma decisão aprovada por este órgão, preparada através de um seu Grupo de Trabalho mandatado para o efeito. -----

Como já é do conhecimento dos membros da Assembleia, na preparação e para a realização do debate houve despesas que foram asseguradas, no imediato, por um dos elementos do grupo de trabalho, deputado municipal da CDU, António Neves. O assunto já foi, aliás, objecto de discussão na reunião realizada no Luso mas, incompreensivelmente, desde aí continua sem solução ou esclarecimento adicional por parte de quem preside à Assembleia Municipal de Mealhada. -----

O debate foi em Maio. O ano civil está prestes a chegar ao fim. Este será, porventura, a última reunião que realizamos em 2011. -----

Entendemos que para além do seu ressarcimento das despesas em causa, algo que ao fim de vários meses já é mais do que inaceitável, configura-se no sucedido a desvalorização política do trabalho em seu nome. O debate em causa foi uma iniciativa importante desta Assembleia que não pode ser desvalorizado pelo laxismo com que nos deparamos na regularização da situação; mais do que isto, entendemos que a causa que motivou o debate é, não só para a CDU, de suficiente relevo para que continue contaminada por este episódio que também origina prejuízos materiais directos e desnecessários sobre um membro eleito da Assembleia Municipal. Fazemos votos, ainda, de que todo este atraso não resulte apenas e tão só de rivalidades e desentendimentos internos entre eleitos do partido maioritário na autarquia da Mealhada. Isto seria imensamente reprovável. -----

Lamentamos que este requerimento tenha de incluir a questão e as considerações anteriores, a CDU assinala ainda o seguinte, por se tratar de matéria conexa. -----

A Moção aprovada pela Assembleia Municipal da Mealhada em 29 de Junho deste ano, com o título **Dar seguimento ao debate sobre a Linha Pampilhosa-Figueira da Foz, intervir pela sua reactivação e pelo investimento num eixo ferroviário Oeste**, contém esse propósito e um conjunto de linhas de trabalho para dar sequência ao esforço do próprio debate e, mais do que este, à reforçada convicção do acerto e inteligência de lutarmos pela recuperação da ferrovia que nos pretendem roubar de vez, juntamente com centenas de outros quilómetros roubados por todo o país, ainda que com prejuízos que ultrapassam os que estimávamos antes do debate. -----

Remetendo para as decisões 1 e 4 aprovadas por esta Assembleia na citada Moção, as quais deverão, eventualmente, ser actualizadas em função da situação que entretanto se vive, no sentido da reactivação da linha e pelo investimento num eixo ferroviário do Oeste, a CDU considera também que é preciso retomar o trabalho nesse sentido, iniciativa que compete ao presidente deste órgão. -----

Do acima exposto, requeremos a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>: -----

1. Se digne informar esta Assembleia da situação relativa ao pagamento dos encargos suportados pelo eleito da CDU, António Neves, com a realização do debate sobre o ramal ferroviário. -----

2. Se digne providenciar a resolução desse problema antes do final do ano. ----

3. Se digne convocar uma reunião do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Assembleia a que preside para acompanhar as questões do ramal ferroviário Pampilhosa-Mealhada, com o propósito de dar seguimento ao que foi aprovado em 29 de Junho de 2011. -----

Aguardando deferimento, -----

Os deputados da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o assunto relativo ao pagamento das despesas do Grupo de Trabalho está encerrado, tendo sido combinado que o pagamento seria distribuído pelos membros do grupo, que entendessem colaborar, na medida em que o Senhor Presidente da Câmara tinha informado que a Câmara não efectuará o pagamento das mesmas. Quanto à convocatória de uma reunião do Grupo de Trabalho, referiu que essa é uma competência do Presidente do Grupo de Trabalho e não na competência do Presidente da Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para referir que já pagou a sua parte das despesas do Grupo de Trabalho e para pedir a sua demissão de Presidente do Grupo de Trabalho, em virtude de se recusar a trabalhar para depois pagar. Já basta a gasolina e o tempo gasto, quanto mais o pagamento de despesas que não são da sua responsabilidade. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que aguardará que o Partido Socialista nomeie brevemente um representante para integrar este grupo de trabalho, à semelhança do que aconteceu com a renúncia do Senhor Mano Soares, em que foi nomeado pelo grupo municipal do PSD o Senhor Pedro Duarte. Colocou também a proposta de Moção à votação e a mesma foi reprovada por maioria com seis votos a favor, dezoito votos contra e três abstenções. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que existem pessoas nesta Assembleia que querem sempre puxar para si o protagonismo que geralmente não resulta em nada. A eles disse: *“A pessoa que julga estar sempre na posse da verdade demonstra uma ignorância suprema, além de uma arrogância intolerável. O autêntico reconhecimento não está nas coisas, está nas pessoas. Se queremos crescer entre verdade, é melhor que dediquemos parte dos nossos esforços a essa relação com os que nos rodeiam ou com as pessoas que em geral também temos um intercâmbio, a escuta activa, o raciocínio partilhado e a busca mútua. Estes sim são os caminhos que facilitarão o acesso aos conhecimentos”*. Referiu que estes dias têm sido uns dias tristes por ter sido roubado pelo actual Governo, quando não teve culpa nenhuma desta crise. Por outro lado, expôs que hoje também é um dia de grande alegria onde o seu filho obteve hoje o seu Mestrado. Deu a conhecer que a sua tese foi sobre o Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Mealhada, a qual foi aprovada com distinção e que é um documento válido que fica no nosso concelho. Agradeceu a todos aqueles que tornaram este sonho possível. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que gostaria que a tese que recaiu sobre o equipamento municipal fosse disponibilizada aos membros desta Assembleia. -----

- Interveio o Senhor António Neves para referir que é inacreditável o que aconteceu nesta Assembleia e que começa a ser da opinião que esta Assembleia é “como a Rainha de Inglaterra”. Dá a ideia que esta Assembleia é uma Associação caritativa quando é na realidade o órgão mais representativo do concelho. Reforçou que tudo isto é lamentável. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a Assembleia Municipal enquanto órgão municipal e como está definido na lei, é efectivamente “uma Rainha de Inglaterra”. Quanto à questão das despesas, referiu que o Senhor António Neves deve recorrer às instâncias competentes, caso não concorde com a decisão que foi aqui tomada. -----

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. -----

### **1 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira deste Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão para sugerir que seja colocado no site da Câmara Municipal um link para o site da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, enquanto parte integrante daquele órgão, e onde decorre neste momento um questionário on-line sobre empreendedorismo, que é um assunto deveras importante neste momento. Sobre os documentos recebidos, nomeadamente os do ambiente, deu conta do ponto “Actualização do Regulamento Municipal de Resíduos bem como a respectiva reestrutura tarifária”. Relativamente à reestrutura tarifária, referiu que esta questão apenas diz respeito ao Executivo. Quanto à actualização do Regulamento Municipal de Resíduos, referiu que se existe um regulamento aprovado na Assembleia Municipal em 2005 que diz respeito ao mesmo assunto e questionou se a sua



actualização não teria que ser também aprovada nesta Assembleia. Também sobre o documento do Ambiente, referiu que estava mencionado que se procedeu ao cadastro, nos meses de Outubro e Novembro, dos sistemas municipais de recolha de resíduos sólidos do concelho e questionou se essa informação já se encontra disponibilizada no site da Câmara Municipal, e onde, pelo que seria uma mais-valia a existência de um mapa com a localização destes equipamentos, principalmente os ecopontos, no sentido de sensibilizar ainda mais as pessoas a usar estas estruturas de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

- Interveio a Senhora Joana Luís para referir que a Câmara Municipal foi alertada há um ano para os problemas existentes no loteamento da Quinta dos Coutos. Recentemente teve conhecimento que a Câmara Municipal teria estipulado um prazo até 20 de Dezembro, para que o loteador iniciasse as respectivas obras. Tendo isto em conta, questionou qual seria a posição do Executivo, caso o prazo estipulado não seja cumprido. Relativamente às obras da passagem hidráulica da Rua Dr. Américo Couto, referiu que foi dado a conhecer à Câmara Municipal, que a referida obra teria alegadamente provocado danos numa habitação adjacente, propriedade do Senhor Eng. Ente de Carvalho. Referiu também que Câmara Municipal se teria comprometido a avaliar e a reparar os danos mencionados e informou que, até à data, não houve qualquer intervenção por parte da mesma. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o regulamento referido ainda não se encontra concluído. Este trabalho ainda se encontra a ser efectuado, conjuntamente com a Universidade de Coimbra, onde os 7 membros do Executivo Camarário ainda nem sequer viram o documento, pelo que na altura própria será naturalmente apreciado. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que efectivamente foi estabelecido um prazo ao loteador para a conclusão do loteamento da Quinta do Coutos. Caso o prazo não seja cumprido, referiu que naturalmente serão accionados os mecanismos legais para a resolução deste problema. Relativamente aos alegados danos provocados pelas obras da passagem hidráulica, referiu que era uma história mal contada pelo que os técnicos da Câmara Municipal foram analisar os referidos danos e chegaram à conclusão que a fenda existente não tinha efectivamente resultado por causa da referida obra. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para sugerir à Senhora Joana Luís que não traga problemas pessoais para esta Assembleia Municipal e que se encaminhe à Câmara Municipal para a resolução do seu problema. -----

## **2 – AQUISIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO IVV:** -----

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que após alguns anos de contactos com a Administração Central, tendo em vista aquisição das Instalações da antiga Junta Nacional de Vinhos, foi comunicado à Câmara Municipal que a Direcção Geral de Finanças estava disposta a vender a totalidade daquelas instalações, pelo valor que está estipulado na documentação e que foi aceite por unanimidade pelo Executivo Camarário. Deu a conhecer que foi pedida uma simulação para o pagamento do valor em causa em 6 anos, no entanto os juros actuais são absolutamente proibitivos, pelo que a Câmara, como tem liquidez suficiente, deliberou pagar a totalidade

do valor da aquisição no acto do contrato. Neste sentido, apelou que esta Assembleia aprove esta aquisição, uma vez que é um bem extraordinário para o concelho da Mealhada, sobretudo porque está numa zona extremamente degradada e haverá a possibilidade de revitalização e dinamização daquele espaço. Para aquele local, está previsto o projecto do Centro Educativo de Mealhada. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que efectivamente se trata da aquisição de um activo estratégico para este concelho. Estranhou apenas alguma falta de informação na respectiva documentação distribuída aos membros desta Assembleia, onde apenas constam artigos matriciais. Ainda assim, referiu que esta aquisição obterá o seu voto positivo sem qualquer tipo de reserva, sendo da opinião que este é um bom negócio para o Município. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Senhor Pedro Duarte tem razão quanto à falta de informação. Expôs que a informação era muito antiga, constando até uma Praça de Touros que foi demolida no princípio da década de 1920, e foi a Câmara Municipal que procedeu à actualização do registo das referidas instalações para que o processo se pudesse desenvolver. Reforçou portanto que não houve uma atitude deliberada da Câmara Municipal de omitir qualquer informação. -----

- Interveio o Senhor Manuel Jacinto para referir que esta é *“uma boa compra e até que enfim”*. -----

Não havendo quaisquer outras intervenções sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Câmara colocou a Aquisição das Instalações do IVV à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar a declaração de voto que a seguir se indica: -----

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

*“Como se esperaria, a CDU concorda com a aquisição das antigas instalações do Instituto do Vinho e da Vinha. Aliás, desde que por intervenção da CDU começou a ser respeitado, formalmente, o estatuto da oposição para a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento da Câmara Municipal, essa tem sido uma das propostas apresentadas por nós e já antes era esse o nosso entendimento que, diga-se, sabemos partilhado com as restantes forças partidárias representadas nesta Assembleia. -----*

*Ainda bem para a Mealhada que finalmente se consegue a posse de tão importante e promissor espaço na cidade. Ainda bem, por outro lado, que a autarquia tem condições financeiras para suportar directamente e sem pesados encargos adicionais a aquisição. -----*

*A demora de anos para resolver esta questão tem responsáveis e eles não são, como se tornou habitual ouvir, uma incerta e difusa **administração**. Os sucessivos atrasos neste processo devem-se aos governos, aos ministros, de uma forma geral aos responsáveis políticos que conduziram a administração pública nos últimos anos, desde que as instalações do IVV ficaram disponíveis. A acusação difusa à **administração** continua a servir para não se assumir que são governantes concretos, políticos concretos de partidos concretos que tomam decisões ou deixam arrastar decisões como esta. Tantos anos de espera devem-se a governantes incapazes ou que não quiseram ser capazes. - Esperando que isso já seja, em definitivo, passado, a CDU expressa o desejo que será o da população da Mealhada: que rapidamente se construa um*

*grande projecto de plena utilização do espaço. Julgamos partilhar com outros, nomeadamente com o Sr. Presidente da Câmara, a certeza de que aquele tem de ser espaço público e não para eventuais cedências a privados. Temos falado, para ele, da instalação de uma Loja do Cidadão mas este é apenas uma das muitas vertentes ali possíveis de desenvolver. Deve ser um espaço de todos, em prol do desenvolvimento local, isto é, em prol do desenvolvimento da nossa população e dos que nos visitam. -----*

*Creemos ainda que haverá fortes vantagens em envolver a população na definição de um bom projecto de utilização do espaço. Por último, apreensões... -----*

*Demoraram-se anos a chegar a esta fase. Mas o quadro de austeridade e regressão que está a ser imposto pode ser agora uma nova ameaça e obrigar a muitos mais anos ou até a pressões para a alienação do espaço que deve ser público. -----*

*Esperemos que não seja assim, mas não esperemos sentados! Também por isto vale a pena combater as falsas inevitabilidades políticas e económicas a que nos querem condenar.” -----*

### **3 – PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS:** -----

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que esta proposta surge, também no sentido da última intervenção do Senhor António Neves, em que a Câmara Municipal vai criando estruturas municipais a ser colocadas à disposição da população. Esta adesão terá como objectivo a promoção de acções que desenvolvam sinergias em cada cidade, no sentido de se promover uma cidadania responsável, efectiva e activa. Esta é uma semente que levará muito tempo a germinar, mas que será muito importante para capacitar a população, no futuro, a respeitar o bem público e qual a sua utilidade. Esta é uma oficialização do que tem sido feito ao longo dos últimos anos, mas não com uma participação activa e directa. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar a declaração de voto escrita que a seguir de indica: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

*A CDU acaba de votar favoravelmente a proposta de adesão do município à Associação Internacional das Cidades Educadoras. -----*

*A CDU espera que a passagem do estatuto de observador para o de membro efectivo da Associação traga ganhos em termos de desenvolvimento educativo mas também de maior consciência das questões educativas, tal como elas se expressam neste concelho. A CDU espera ainda que o município contribua no âmbito das Cidades Educadoras, a partir das suas experiências próprias, nomeadamente com a reflexão crítica e o posicionamento que se exigem perante um quadro político de gravíssimo desinvestimento do poder central em relação à Educação das crianças, jovens, e população em geral. -----*

*Sem alimentar demasiadas ilusões sobre a adesão aqui votada, a CDU verificou que a proposta chegou à Assembleia Municipal com a unanimidade em reunião de Câmara. Registamos que os vereadores do PS e os do PSD*

convergir numa proposta que incide sobre questões da Educação. Mas, votando favoravelmente a adesão, a CDU tem de desmarcar-se das grosseiras contradições que lê nas posições dos eleitos do PS e do PSD, devotos em valores da Educação em coisas como esta mas inimigos dela quando zelam apoio aos seus partidos, principalmente quando estes são governo. São contradições que também temos encontrado em declarações públicas. -----

No texto da proposta aqui trazida falam-nos de **promover mais e melhor Educação**; quem redigiu a proposta e todos os que a aprovaram em reunião de Câmara chegam ao ponto de um **considerando que a Educação é o principal pilar do desenvolvimento sustentado**. Até parece que ambos, PS e PSD, PSD e PS, pugnam por uma grande aposta na Educação. -----

Não obstante, há factos como estes: -----

- No corrente ano de 2011, o governo que era do PS cortou 800 milhões, repetimos, 800 milhões de euros à **importantíssima** Educação; na altura da aprovação do Orçamento de Estado, o PSD, viabilizou o brutal desinvestimento com a sua abstenção. -----

- Para o próximo ano de 2012, o governo que já é outra vez do PSD e do CDS, optou por cortar 1500, repetimos, 1500 milhões de euros à Educação, o tal **pilar**; o PS, agora na sua vez de oposição, viabilizou o Orçamento de Estado com uma abstenção comprometida. -----

Outro facto: depois dos cortes bárbaros, irresponsáveis, que estão em marcha, no próximo ano só 3,8% do PIB serão para a Educação! Por mão do PS e do PSD, Portugal vai ser, entre os 27 da União Europeia, o país que menos esforço faz para Educar as suas crianças, os seus jovens e a sua população em geral. -----

... E na Mealhada, agora a propósito da adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras, em que a própria CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS define princípios que chocam com o que os últimos governos tem andado a espatifar, os políticos locais do PS e do PSD juntam-se para escrever que a Educação é **um pilar do desenvolvimento**?! É descaramento ou só incapacidade de relacionar acontecimentos e opções políticas aos vários níveis? -----

Registamos e denunciámos mais esta enorme contradição do PS e do PSD na Mealhada e queremos aqui demarcar-nos pública e energeticamente dela, apesar de a CDU concordar com a adesão à Associação das Cidades Educadoras.” -----

- Inteveio o Senhor Presidente da Câmara para questionar ao Senhor António Neves quantas autarquias da CDU é que estão na mesma situação da autarquia da Mealhada. Compreende que possa haver questões de retórica em relação à política nacional, mas era curioso que se conhecesse melhor as autarquias da CDU e viessem à Mealhada aprender com se faz. -----

#### **4 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2:** -----

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Inteveio Senhor Presidente da Câmara para referir que esta revisão orçamental resulta do aproveitamento da parte final do saldo gerência do ano anterior, o que é uma imposição legal, no saldo de gerência do corrente ano. ---  
O Senhor Presidente da Mesa colocou a Revisão Orçamental N.º 2 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**5 - ORÇAMENTO E OPÇÕES DE PLANO PARA O ANO DE**

**2012:** O Senhor Presidente da Mesa mencionou que iria dar mais uns minutos de discussão para este ponto, dada a sua importância e remeteu o uso da palavra para o Senhor Presidente da Câmara. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que este é o Orçamento “possível” para 2012, uma vez que a orçamentação da despesa encontra-se sujeita ao cálculo prévio da receita previsível, conforme prática conhecida desta Câmara Municipal e como é explanado na própria lei. Como pode ser observado pela Assembleia Municipal, referiu que existem muitas rubricas orçamentais cabimentadas apenas com 1€, mas elucidou que é fundamental que essas rubricas existam para que possa haver uma boa gestão do orçamento, através de alterações orçamentais e simultaneamente aproveitando a utilização do saldo de gerência de 2011, após aprovação desta Assembleia Municipal em Abril, para a realização de várias obras e actividades previstas para 2012. Neste sentido, mencionou que é um orçamento curto e um dos mais baixos, a nível de receita, dos últimos 10 ou 11 anos. Relativamente à despesa, referiu que o primeiro trimestre será fundamental, precisamente pela aquisição do IVV. Chamou também a atenção para o facto existir um conjunto de obras neste orçamento que se encontram dependentes de candidaturas ao QREN. Só quando forem aprovadas é que se pode incluir com um valor na receita previsível, de acordo com imposição legal. Se as candidaturas aos fundos comunitários apresentadas, eventualmente não forem aprovadas, as obras previstas neste âmbito têm de parar. Contudo, no âmbito das candidaturas ao QREN no contexto da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego em que este Município se integra, sublinhou que a Câmara Municipal de Mealhada é a que mais usufrui dos fundos comunitários, em termos percentuais. Expôs ainda que os técnicos da Câmara Municipal estão à disposição para esclarecer qualquer dúvida de carácter técnico que possa subsistir. -----

- Interveio o Senhor António Neves apresentou a intervenção escrita que a seguir se transcreve: -----

**“PEDIDO DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PROPOSTAS DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2012”** -----

*A CDU, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara que apresenta aqui propostas que colheram o voto favorável de todos os vereadores, solicita esclarecimentos sobre três áreas. -----*

*1- Uma das propostas que o PCP levou à reunião em que participou ao abrigo do Estatuto de Oposição avançava a sugestão de que a autarquia se abalçasse a um projecto de um novo bairro de habitação social. -----*

*Conseguimos entender as reservas que o Senhor Presidente levantou na altura relativamente à criação “concentrada” de habitação social, mas a questão fundamental da proposta por nós apresentada é a do investimento no direito constitucional à habitação, ainda mais importante numa situação de enorme crise social ditada por vários factores, entre os quais relevam as opções políticas do actual e do anterior governo, condicionadas pelas suas opções de classe. Somos pela efectivação dos direitos legítimos, ainda mais os que têm consagração constitucional, como o direito à habitação; não concordamos com a substituição de direitos arduamente conquistados pelo fomento politicamente hipócrita da caridade. -----*

*Parece-nos que a proposta que apresentámos é importante no contexto que vivemos mas não vislumbramos uma grande opção nesse sentido. Quanto à habitação social, pouco mais há que o propósito de verbas que serão para obras nos bairros do Canedo e Póvoa de Mealhada. Nada no sentido da proposta que apresentámos e que verificamos, pois, que não foi acolhida. -----*

*A CDU solicita ao Senhor Presidente que esclareça e fundamente este desinteresse por um projecto novo de habitação social no nosso concelho. -----*

*2- Foi já motivo de tratamento jornalístico a intenção da Câmara de deixar de assumir responsabilidades no financiamento das Equipas de Intervenção Permanente adstritas às duas corporações de bombeiros do concelho. -----*

*Desde logo, esta é uma preocupação para todos os municípios por questões de segurança e de eficácia no serviço dos bombeiros. É também de lamentar a eliminação de, pelo que sabemos, 10 postos de trabalho do pessoal que integra essas equipas. -----*

*A CDU pede ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre esta matéria que, por certo, terá sido ponderada, começando pelas razões que levaram a Câmara a decidir orientar as suas propostas para a não continuação do protocolo de financiamento das Equipas, eventuais diligências no sentido de evitar este desfecho e cenários estudados quer em termos de eficácia na resposta dos bombeiros, quer em termos da situação laboral dos profissionais envolvidos. -----*

*3- A maior verba indicada na proposta de Grandes Opções do Plano é, salvo o erro, a referente ao Centro Escolar do Luso. Para 2013 surge já outra verba importante para o Centro Escolar da Mealhada. No passado recente foi o esforço financeiro para a construção do Centro Escolar da Pampilhosa. -----*

*Uma parte significativa dos recursos da autarquia serão, tudo o indica, canalizados para a construção destes equipamentos que correspondem a uma opção política para a rede escolar lançada durante os governos de José Sócrates. -----*

*Para um ponto de situação sobre este avultado esforço da autarquia da Mealhada, a CDU solicita ao Senhor Presidente que relembre esta Assembleia, relativamente a cada um daqueles equipamentos, qual foi a qual será o esforço financeiro assegurado pela autarquia e o que foi suportado por outros intervenientes, nomeadamente o poder central que, para além de ser decisor político principal sobre as questões da rede escolar, entendemos que deverá ser o responsável maior pelo sistema educativo e pelas nossas escolas públicas. -----*

*Pedimos, pois, esclarecimentos sobre estas três diferentes matérias e agradecemos desde já.” -----*

*- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que efectivamente foi sugerido, pelo PCP, a criação de novas habitações sociais. No entanto, não mencionou onde é que haveria dinheiro para as construir. Referiu que a recuperação do bairro social do Canedo foi bastante difícil e a recuperação do bairro social da Mealhada encontra-se muito difícil, uma vez que a Administração Central resolveu vender 10 das 24 habitações daquele bairro e nem deu a hipótese à autarquia para adquirir as referidas casas. Realmente é necessário investir nesta área, mas não em bairros sociais. Reconheceu que pouco tem sido feito no âmbito da habitação social, também devido à grande falta de apoio da Administração Central para esta área e grande parte do investimento efectuado na recuperação das casas do bairro social do Canedo*

foi feito pela Câmara Municipal. Relativamente à segunda questão colocada, sobre a extinção das equipas de intervenção permanente das Corporações dos Bombeiros Voluntários de Mealhada e Pampilhosa, aconselhou os deputados do PCP a não ler muito as notícias dos jornais. Sobre esta matéria, poderiam ter-se deslocado à Câmara Municipal e verificar o que é mencionado na cláusula 10ª dos protocolos elaborados há três anos entre a Câmara Municipal, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e as Corporações de Bombeiros de Mealhada e Pampilhosa. Assim, ficariam a saber que os protocolos não poderão ser renovados, pelo que não poderiam estender-se para além de três anos. Ao elaborar o orçamento, só podem ser colocadas as verbas necessárias para o cumprimento das obrigações da Câmara Municipal e obviamente não poderiam ser colocadas verbas no âmbito dos protocolos que cessaram e que teve o cuidado de avisar as respectivas Corporações de Bombeiros e a Autoridade Nacional de Protecção Civil para esse facto, o que não impede que seja elaborado novo protocolo entre as mesmas entidades. Neste sentido, alertou para que não viessem com intervenções baseadas em notícias de jornais, pelo que não é verdade que a Câmara Municipal tenha acabado com os protocolos mas sim que eles acabaram naturalmente conforme estava previsto. Agora resta saber se a Autoridade Nacional de Protecção Civil está disponível para elaborar novo protocolo para a continuação das equipas de intervenção permanente, que efectivamente aumentam a capacidade de resposta dos Bombeiros e muita falta fazem. Quanto à terceira questão, referiu que não entendeu qual o objectivo dessa questão, uma vez que foi já construído o Centro Escolar da Pampilhosa e está prevista a construção de mais dois equipamentos educativos. Mau era se não tivesse havido qualquer investimento nesta área. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir, quanto ao esforço financeiro do município para a construção do Centro Educativo da Pampilhosa, que a Câmara teve uma participação de 85%, ao contrário dos 63,3% previstos aquando da contratualização. Sublinhou ainda que o montante referente aos arruamentos e parque de estacionamento não foram passíveis de participação. Ainda a título de exemplo, estava previsto fazer um arrelvamento no interior do Centro Escolar ficando a maior parte com saibro (areão grosso), segundo o projectista que elaborou o projecto. Não concordando com estas opções, a Câmara resolveu colocar um tapete de relva sintética onde a sua manutenção é mínima, para além de ser benéfico para as crianças do Centro Escolar e teve que suportar integralmente a diferença dos custos imputados a esta alteração. Dependendo do resultado da candidatura aos fundos comunitários para participação do Centro Escolar do Luso, está prevista uma participação entre 80 e 85% dos custos com a sua construção. Relativamente ao Centro Escolar da Mealhada, a Câmara Municipal acabou de adquirir os terrenos para a sua construção e tem ainda que actualizar o projecto, devido a grandes alterações que entretanto houve na lei. Neste sentido, só aquando da candidatura ao QREN se saberá qual a participação que poderá estar destinada ao Centro Escolar de Mealhada e esta obra só avançará caso essa mesma candidatura seja aprovada. Assim, sublinhou que se estes Centros Escolares não fossem feitos agora, dificilmente haveria outra oportunidade para os fazer. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para parabenizar o Executivo pelo excelente Orçamento e Opções do Plano elaborados para o ano de 2012. No

entanto, lembrou que há três anos, quando foi Presidente do Clube Desportivo do Luso, foram prometidos melhoramentos no Campo Jorge Manuel e até à data nada foi feito. Não pediu que seja feito um estádio novo, pediu apenas para que seja alargado e melhorado urgentemente, uma vez que nem os balneários podem ser actualmente usados (apenas o campo e a lavandaria). Actualmente, o Centro de Estágios do Luso é utilizado por um conjunto variado de equipas que têm degradado o estado do relvado do campo secundário e questionou quanto é que essas equipas pagam pela utilização do Centro de Estágios e se esse pagamento compensa a degradação desse equipamento. Questionou ainda se efectivamente existe alguma verba no Orçamento de 2012 destinada ao melhoramento do Campo Jorge Manuel, uma vez que não o conseguiu vislumbrar após consulta exhaustiva. -----

- Tomou a palavra o Senhor Jacinto Silva para dar conta, em primeiro lugar, das palavras do Senhor Rui Marqueiro a um jornal em que dizia que a Câmara Municipal de Mealhada se encontra de boa saúde financeira, ao ponto de ser uma das Câmaras que pagava a tempo e horas, segundo um semanário Nacional. Realmente, tanto este Executivo como o anterior têm feito uma gestão financeira cuidada e os resultados estão à vista. Neste sentido, referiu que este é um Orçamento dignificante, face aos problemas que o País atravessa e que terá a concordância de todos os presentes. No entanto, chamou a atenção do Executivo para o problema do Mercado Municipal da Mealhada e sugeriu que a Câmara Municipal se deveria reunir com a Direcção da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada para resolver esta questão de uma vez por todas e que já se arrasta há demasiado tempo. Mais uma vez, esta situação não é contemplada no Orçamento, o que é preocupante. Este Orçamento merece a sua concordância mas existem algumas passagens na nota introdutória que têm que ser consideradas e podiam ter sido perfeitamente evitadas. Nomeadamente, referiu que a culpa da situação que o País atravessa não cabe apenas a uma ou duas pessoas, mas sim a todos os que passaram pelo Governo nos últimos anos, ao contrário do que se mencionou na nota introdutória deste Orçamento. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Campo Municipal Manuel Jorge está integrado no Centro de Estágios do Luso e naturalmente serão feitas obras de melhoria do referido campo. Relativamente á situação que o País atravessa, existem apenas cinco municípios que não contribuíram para esta “bandalheira” e o nosso é um deles. Curiosamente, estes municípios são os mais prejudicados com os “cortes cegos” de que são alvo e isso é sinónimo de falta de trabalho. Nomeadamente na questão do financiamento, este município não pode pedir muito porque os empréstimos são concedidos de acordo com as amortizações. Ora isto quer dizer que quem deve muito, pode amortizar muito e conseqüentemente pedir muito de empréstimo. Quem deve pouco não pode pedir muito e esta medida é a mesma coisa que “beneficiar o infractor”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa concedeu um intervalo de cinco minutos e após o intervalo deu a palavra ao Senhor Pedro Duarte. -----

- Tomou a palavra o Senhor Pedro Duarte para apresentar a seguinte intervenção escrita: -----

*“Esta sessão tem como principal ponto da ordem de trabalhos a discussão do Orçamento e Opções do Plano para 2012. -----*



*Este documento prevê os meios de financiamento que a Câmara Municipal pretende utilizar para financiar a respectiva actividade no próximo exercício. Mas é impossível ajuizar as intenções do Executivo para o próximo ano sem promover uma reflexão sobre o contexto sócio-económico que o Município e o País atravessam. -----*

*Portugal apresenta um cenário cinzento, ao nível do desemprego, das desigualdades entre classes, do nível da confiança económica, da dependência externa, com corolário no recurso a um Plano de Assistência Financeira, financiado pela Troika, que só trouxe para já uma palavra – **Sacrifícios**. -----*

*A primeira grande acção do actual Governo, reduziu-se à imposição de um imposto extraordinário em sede de IRS, equivalente a 50% do subsídio de Natal de trabalhadores por conta de outrem e pensionistas. Hoje sabe-se que esta foi uma contrapartida imposta para a transferência do fundo de pensões da Banca, com o único propósito de garantir um défice abaixo do contratualizado com a Troika. Uma medida de carácter meramente contabilística, irrepetível e sobretudo nefasta para o Universo dos Portugueses. A receita extraordinária salvou o défice do presente ano, mas o Estado transferiu para o seu conjunto de obrigações o pagamento vitalício das pensões dos trabalhadores da Banca. O bolo recebido estará consumido daqui a poucos anos. O que sobra então? Mais um negócio ruinoso para o Estado, logo ruinoso para toda a Sociedade Portuguesa! À semelhança da transferência em anos anteriores de outros fundos de pensões. Todos os negócios ruinosos para o Estado, logo ruinosos para todos nós! -----*

*Parece um apetitoso **bife do lombo** mas não é... a juntar entre outras, à ruínosa intervenção estatal no BPN! -----*

*Seguiu-se-lhe o Orçamento de Estado para 2012. Qual PEC 1, PEC 2, PEC 3, PEC 4... Daqui em diante é que será a doer, os sacrifícios agora é que vão começar a aparecer! E em domínios que vão mexer muito com o quotidiano do nosso Município. Vejamos: -----*

*A começar pela violência dos cortes dos subsídios de Natal e Férias dos trabalhadores da Função Pública e dos Pensionistas, um segmento com uma presença significativa ao nível do Mercado de Trabalho, em virtude de muitos Municípios deste concelho serem trabalhadores, ou desta Autarquia, ou dos mais diversos Serviços da Administração Central, em particular nas áreas da Saúde e da Educação, e que optaram por viver no nosso concelho. -----*

*Baixam os rendimentos, mas aumentam-se os impostos! -----*

*Ao nível do IRS, não se aumentando as taxas de imposto (por si já elevadas e aumentadas em meados de 2010), diminuem-se ou eliminam-se mesmo as deduções fiscais relativas a despesas básicas, necessárias e tão só condicentes com a dignidade que tomávamos adquirida desde 25 de Abril de 1974. Com a saúde, com a educação, com a habitação... Mais um corte que corporiza provavelmente o ataque fiscal mais violento à população remediada do país... -----*

*Ao nível do IMI, o Governo impôs que a taxa mínima a aplicar aos prédios avaliados nos termos do Código do IMI passe de 0,2% para 0,3%. O nosso Município que vinha praticando uma política fiscal que podemos considerar **amiga** dos proprietários deste imóveis, pois nos últimos anos sempre fixou a taxa mínima de 0,2%, cai na imposição de mais um aumento da carga fiscal, pois a subida unilateral da taxa mínima de 0,2% para 0,3% pode representar no nosso concelho um aumento efectivo de 50% no valor face ao valor que é pago*

actualmente. Fica a minha promessa pessoal de lutar política e civicamente para que seja possível pelo menos manter uma taxa de IMI semelhante àquela que vinha sendo praticada no concelho, pois existem instrumentos legais para o efeito. -----

Relativamente aos prédios que ainda não foram objecto de avaliação nos termos do IMI e que serão sujeitos a esta avaliação no decurso do próximo ano no âmbito da Avaliação Geral dos Prédios Urbanos, para mim uma das poucas medidas positivas tomadas pelo Governo neste meio ano de mandato, e que coincidência ou não, trata-se mais uma medida imposta pela Troika, seria desejável que o Executivo e esta Assembleia Municipal fossem conhecedores previamente à fixação das taxas de IMI em 2012, da base tributária deste imposto, para que em conjunto fosse possível tomar uma decisão que respeite os interesses dos contribuintes e as necessidades financeiras da Autarquia. ----

O corte radical no prazo de isenções para prédios destinados a habitação própria e permanente (para novas aquisições ou novas construções) que vai limitar-se a um período de 3 anos e para um Valor Patrimonial Máximo de 125.000€, consistirá num forte entrave à mobilidade geográfica, tanto mais que atentos os coeficientes de localização vigentes no concelho, as avaliações da maioria de imóveis habitacionais, em particular as relativas a moradias unifamiliares que devem representar a maior fatia do mercado imobiliário no concelho, ultrapassam com facilidade aquele limite. -----

A receita deste imposto terá campo fértil para crescer nos próximos anos no Município. Não caímos na tentação de fazer dela uma galinha de ovos de ouro! -----

Por último, uma referência à subida das taxas do IVA, em particular as relativas às taxas da Restauração, que podem trazer graves consequências a um dos pilares da Economia Local, em particular ao nível da empregabilidade. -----

O futuro é tudo menos risonho! -----

O Orçamento de Estado para 2012, é uma lei singular... -----

É forte demais para os mais fracos e fraca para os mais fortes! -----

Não se podem falar em medidas de equidade fiscal, em combate à fraude e evasão fiscal porque elas parecem não existir. -----

Mas o passado não pode ser enterrado de imediato. -----

Este executivo resignou-se com estranha naturalidade à redução da derrama nos últimos anos. Mas nunca fez nada para avaliar o porquê desta redução. Tome-se o exemplo do Município de Vila Nova de Famalicão que interpôs uma acção no Supremo Tribunal Administrativo contra o Ministério das Finanças, reclamando o acesso à identidade dos contribuintes pagadores deste imposto. Resultado – venceu esta acção! -----

Desafio o Executivo a tomar uma atitude semelhante! -----

Desafio ainda o Município a solicitar à Direcção Geral dos Impostos uma informação relativa à cobrança do IUC – Importo Único de Circulação (correspondente aos antigos imposto municipal sobre veículos e imposto de circulação) em particular a informação relativa aos veículos que desde 2007, têm pagamentos em falta. Aquele organismo, que é hoje principal instrumento da voracidade fiscal do Governo, preferiu fazer uma caça às coimas, não pela falta de pagamento deste imposto (em que o Município é o principal lesado!), antes cobrando apenas as coimas que se mostram devidas pelo pagamento fora do prazo do imposto, seja por um dia, uma semana ou um mês. -----

Ao que chegamos... -----

*Quem não pagou o imposto, tem passado incólume, mas quem pagou o imposto ainda que com alguns dias de atraso, está a ser obrigado a pagar 15€ de coima! -----*

*Convém ainda não esquecer que o anterior Governo, vergou-se aos superiores interesses das Concessionárias das Auto-Estradas, atribuindo à Direcção-Geral dos Impostos a tarefa de cobrar por aqueles as portagens em falta... Em prejuízo da cobrança dos diferentes impostos municipais como o IUC! -----*

*Sendo certo que a Autarquia goza de boa saúde financeira, esta intervenção pretende lembrar que as leis são para fazer cumprir, mas para todos, pois se todos pagarem o que lhes é exigido, o sacrifício colectivo pode ser diminuído! Mas a Câmara Municipal enquanto destinatário último dos impostos municipais atrás referidos não pode ficar indiferente à acção da cobrança pela Administração Central. -----*

*A velocidade com que os projectos do Executivo Socialista são executados, aparenta não ser a desejável. Apesar de mais realista do que no passado, basta lembrar as críticas feitas no ano passado pelo deputado do PS Rui Marqueiro, o Projecto do Partido Socialista arrasta-se teimosamente no tempo e demora a ser concretizado. Mas pelo menos tem permitido ao Município da Mealhada ser reconhecido como um dos Municípios Portugueses mais cumpridor, menos endividado e melhor preparado para acudir a eventuais emergências sociais. -----*

*Mealhada, 16 de Dezembro de 2011, -----*

*O deputado municipal, -----*

*Pedro Duarte -----*

- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para subscrever na íntegra a intervenção do Senhor Deputado Pedro Duarte. -----

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para referir que a bancada do PS congratula-se pelo Orçamento apresentado, que está bastante bem elaborado, com rigor e transparência. Seria bom que o Executivo desse lições aos actuais e anteriores governantes do País, da forma como se elabora um Orçamento, uma vez que os resultados estão à vista. O Município de Mealhada é elogiado em todo o lado. Todas as situações menos boas que o País atravessa têm que ser reflectivas nesta autarquia e, tal como disse o Senhor Presidente da Câmara, os cortes cegos são para quem quer trabalhar pouco e são injustos. Por isso, é de salutar o facto de a Câmara Municipal se concentrar apenas em efectuar tarefas que, à partida, sabe que vai cumprir. Neste sentido, referiu que é agradável toda esta situação relativamente ao Município. Referiu também que as Opções do Plano para 2012 foram criteriosamente bem definidas. No entanto, sabe que este Orçamento não é perfeito (não os há) mas é objectivo. Em resumo, mencionou que estamos perante um Orçamento muito sério, realista e exequível e o nosso sentido de voto será naturalmente favorável à sua aprovação. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para sugerir, aquando da entrega dos documentos, que o Executivo elaborasse alguns quadros resumo por rubrica (Ambiente, Cultura, Obras Municipais, etc.), à semelhança de outros Municípios, nomeadamente Cantanhede. Existe sim um quadro resumo da despesa global de capital e não por rubrica/área, pelo que seria interessante. Sugeriu também, em vez de ser elaborada uma nota introdutória para a generalidade do Orçamento, que fosse elaborado um documento mencionando concretamente as estratégias para cada área de intervenção, evitando os

conceitos vagos e generalistas evidenciados na nota introdutória. Conforme o Orçamento, verificou que a Câmara Municipal delegará apenas duas áreas nas Juntas de Freguesia (Toponímia e Limpeza), deixando assim de delegar a iluminação pública. No entanto, verificou que o valor da Delegação de Competências será exactamente igual ao do ano anterior. Assim, questionou qual o motivo da Câmara Municipal para ter retirado esta competência às Juntas de Freguesia e se a Câmara prevê gastar menos 13.300€ (valor referente à iluminação pública no ano anterior e que se mantém incluído na delegação de competências para 2012). Comparando este Orçamento com o do ano anterior, verificou também que houve uma redução de 5 vezes no investimento previsto para a construção dos novos Paços do Município e questionou se esta redução se devia ao adiamento do investimento ou no repensar do projecto inicial. Relativamente às associações deste concelho, verificou que está mencionada uma associação que a maioria das pessoas não conhece, ao contrário de outras mais conhecidas, e que se denomina “Associação Semente Feliz” e questionou se a Câmara Municipal tem algum projecto para a associação mencionada. Referiu também que a Assembleia nada mais pode fazer que tecer alguns comentários sobre o Orçamento que poderão, ou não ser levados em consideração. Com a aprovação do saldo de gerência de 2011, que será grande, alertou para a necessidade de reforçar a rubrica das associações do concelho e lembrou o Executivo da sua promessa para a recuperação das ruas da localidade de Várzeas, uma vez que é a localidade do concelho que tem as ruas em pior estado. Utilizando também o saldo de gerência, lembrou uma proposta para a criação de uma Rede de Transportes Social inter-freguesias, que também já foi falada no âmbito da Agenda XXI Local, versátil, ligeira e adaptável à realidade deste concelho. Esta ideia destina-se principalmente à população idosa e visa facultar o transporte entre localidades e sedes de freguesia e para locais relevantes como postos de correio, farmácias, centros de saúde, etc. Como referiu o Senhor Presidente da Câmara, este é um Orçamento de responsabilidade que não chega a 15,5 milhões de euros. No entanto, a taxa de execução do Orçamento nunca ultrapassou este valor, apesar de Orçamentos bem mais elevados nos últimos anos. E conforme foi mencionado na nota introdutória, esta diminuição do orçamento encontra-se ligada à diminuição da atribuição de verbas aos municípios, pelo estado lastimável como o actual Governo encontrou o País. Não por culpa, apenas do último Governo, mas de todos os anteriores Governos e por isso todos temos que ajudar. Assim, é verdade que haverá uma diminuição da receita em 6% relativamente ao que foi recebido em 2011, mas não é o mais importante, porque existe também a previsão de diminuição de receita na venda de lotes nas Zonas Industriais e em termos de impostos. Por exemplo, em 2010, previu-se receber de Derrama 771 mil euros e o município recebeu apenas 240 mil euros, ficando mais de meio milhão de euros por receber. Em 2011 previu-se a receita de 634 mil euros e recebemos (até agora) apenas 238 mil euros. Neste sentido é de salutar a maior responsabilidade com que a orçamentação da Derrama para 2012 foi fixada em 238 mil euros, porque a lei assim o obrigou. De um modo geral, referiu que este Orçamento integra as ideias do PSD, pelo que o irá apoiar. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir que foi precisamente por haver um documento claro com as linhas orientadoras deste Executivo que o PS ganhou as eleições. A estratégia é tão clara e definida que, nestes três

mandatos, se pode verificar que o actual Executivo não se desviou dos objectivos que foram propostos e o mesmo se verificará neste próximo ano. Quando se fala em Educação, devemos averiguar as obras no terreno e verificar que já foi construído um Centro Educativo e já se encontra outro em projecto. Há também o assegurar de actividades de enriquecimento curricular, quando a maior parte dos Municípios se “divorciaram” delas. Existe um apoio reforçado à Acção Social Escolar quando tem havido uma redução de apoios do Ministério da Educação. Por isso, não se pode dizer que não temos uma linha de rumo, porque os munícipes deste concelho conhecem-na muito bem. Relativamente à Associação Semente Feliz, referiu que é a Associação do Regadio Luso-Vacariça-Mealhada e que a Câmara Municipal está à espera de fundos para esta Associação e por isso cabimentou no Orçamento para a eventualidade de algo acontecer antes de Abril. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para esclarecer que os números que são cabimentados na Derrama resultam do cálculo da média dos últimos 24 meses e a isso, não se pode fugir, é apenas matemática e os valores podem, ou não ser realistas. Relativamente à estratégia mencionada pela Senhora Vice-Presidente, referiu que estratégia não é apenas referente a estes três mandatos, mas sim referente a muitos outros “que já vêm lá de trás”. Não havendo mais intervenções colocou o Orçamento e Opções de Plano para o ano de 2012 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: -----

#### *DECLARAÇÃO DE VOTO*

*“A CDU absteve-se na votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano para 2012. Apresentamos sumariamente as razões para o sentido de voto dos eleitos da CDU. -----*

*A autarquia da Mealhada, como as restantes, está sob um processo de progressiva asfixia financeira que já vem dos governos anteriores, através de sucessivas reduções de transferências de meios, do alijamento progressivo de encargos pelo poder central e por causa das dificuldades crescentes na realização de receitas num quadro de perigosa obsessão pela austeridade que atinge pequenas e médias empresas e a generalidade dos contribuintes. Vai valendo ainda o equilíbrio financeiro que reconhecemos no caso da Mealhada mas que, nestes casos, já há muito deixou de ser a chamada **gordura**. São as opções dos governos, anteriormente do PS e, para 2012, do PSD e do CDS, obedecendo ao pacto de agressão estrangeira assinado e politicamente suportado pelos partidos do chamado **arco do poder**. -----*

*A CDU não votou contra as propostas apresentadas a esta Assembleia por entender as dificuldades e condicionamentos impostos à definição de prioridades e à construção do orçamento autárquico nas condições actuais, resultante em grande medida do Orçamento de Estado aprovado há dias na Assembleia da República com os votos contra do PCP, do BE e do PEV. As dificuldades evidenciam-se, por exemplo, no novo adiamento, que lamentamos, de projectos tidos há muito como muito importantes para o nosso concelho. ----*

*A CDU decidiu também não votar a favor por entender que este seria um sinal errado de aceitação de inevitabilidades em que não acreditamos e que, aliás, suscitam, como sabe esta Assembleia, a nossa empenhada luta. Essas dificuldades são, em larga medida, o resultado das opções de classe pelos*

*grandes interesses financeiros e pelos mais ricos. Não queremos, nem é isso que esperam os que nos elegeram, identificar-nos com quem aplica em Portugal, obedientemente ou hesitantemente, a políticas ditadas pela troika estrangeira e não vemos nos eleitos locais dos partidos em causa sinais de distanciamento verdadeiro em relação ao rumo de declínio e catástrofe ao qual estão a conduzir o país.* -----

*Os deputados da CDU, -----  
António Nogueira das Neves e António José da Silva Breda” -----*

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**6 – MAPA DE PESSOAL PARA 2012:** - O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que houve uma redução de lugares previstos no Mapa de Pessoal para 2012. Sublinhou que os 125 funcionários das escolas estão incluídos no Mapa de Pessoal, os quais foram transferidos do Ministério da Educação. Sublinhou ainda que, como está previsto no Orçamento o pagamento integral dos subsídios de Férias e de Natal e não será pela mão do Senhor Presidente da Câmara Municipal que serão cortados aos funcionários da Câmara Municipal de Mealhada, pelo que o respectivo valor que não seja pago transitará como saldo de gerência para o próximo ano. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou o Mapa de Pessoal para 2012 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. -----

**7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS**

**PARA 2012:** -----

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Câmara Municipal não delegará as competências inerentes à instalação de iluminação pública. No entanto, a verba que era destinada às freguesias para o seu cumprimento não foi retirada às respectivas freguesias e foi diluída na verba das restantes competências delegadas. Esta opção surge no sentido de se retirar a pressão às Juntas de Freguesia para a instalação de novos candeeiros de iluminação pública, muitas vezes sem a devida necessidade. No entanto, agradece que os Senhores Presidentes de Junta continuem a comunicar à Câmara qualquer problema que surja relativamente a questões de iluminação pública. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a Delegação de Competências nas Freguesias para 2012 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**8 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES**

**PARTICIPADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que este ponto surge apenas para dar conhecimento à Assembleia da referida prestação de contas e perguntou que alguém queria usar da palavra. -----

- Interveio o Manuel Cardoso para referir que as Águas do Mondego atravessaram vários caminhos da sua freguesia, os quais estavam devidamente arrançados pela Junta de Freguesia. Na altura e no decorrer das obras, alguém das Águas do Mondego disse que eles tratariam da manutenção dos caminhos afectados e que a Junta não precisaria de se preocupar com a sua manutenção. Acontece que foram surgindo algumas reclamações sobre

caminhos que não foram arrançados, quando o seu arranjo tinha sido assegurado pelas Águas do Mondego. Agora alegam que a responsabilidade, da manutenção dos caminhos, já não é deles mas sim da Junta de Freguesia. Tendo isto em conta, questionou se deveria continuar a insistir com Águas do Mondego para a manutenção dos caminhos ou se deveria ser a Junta a proceder ao seu arranjo. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

---